

3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas referem-se às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis que foram determinadas tendo por base os critérios do Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, entendendo a gerência que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

3.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.11. Provisões

As provisões são registadas quando a instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.13. Especialização de exercícios

A escola regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2018 detalha-se conforme se segue:

	2 018	2 017
Numerário	86,13	613,29
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	35 429,31	96 905,64
	<u>35 515,44</u>	<u>97 518,93</u>

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2018 e em 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2018					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1 329 490,39	525 341,91	30 609,92	83 084,91	1 020,00	1 969 547,13
Transferências		1 142,99		(122,99)	(1 020,00)	-
Aquisições		2 917,55				2 917,55
Saldo final	<u>1 329 490,39</u>	<u>529 402,45</u>	<u>30 609,92</u>	<u>82 961,92</u>	<u>-</u>	<u>1 972 464,68</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	783 899,99	517 341,10	30 609,92	75 030,12		1 406 881,13
Transferência entre contas		3 109,46		(3 109,46)		-
Amortizações do exercício	37 605,20	6 608,76				44 214,00
Saldo final	<u>821 505,19</u>	<u>527 059,32</u>	<u>30 609,92</u>	<u>71 920,66</u>	<u>-</u>	<u>1 451 095,09</u>
Ativos líquidos	<u>507 985,20</u>	<u>2 343,13</u>	<u>-</u>	<u>11 041,26</u>	<u>-</u>	<u>521 369,59</u>

2017

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Basicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	1 329 490,39	512 233,63	30 609,92	83 084,91	1 020,00	1 956 438,85
Aquisições		13 108,28				13 108,28
Saldo final	1 329 490,39	525 341,91	30 609,92	83 084,91	1 020,00	1 969 547,13
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	746 294,76	507 731,04	30 609,92	75 030,12	1 020,00	1 360 685,84
Transferência entre contas						-
Amortizações do exercício	37 605,20	8 590,06				46 195,26
Saldo final	783 899,96	516 321,10	30 609,92	75 030,12	1 020,00	1 406 881,10
Ativos líquidos	545 590,43	9 020,81	-	8 054,79	-	562 666,03

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 3.

As amortizações do exercício de ativos, no montante de 47.133,06€ (2017 - 47.493,55€), foram registadas na seguinte rubrica:

- Gastos de depreciação e amortização Ativos Fixos Tangíveis - 44.213,95€ (2017 - 46.195,26€);
- Gastos de depreciação e amortização Ativos Intangíveis - 2.919,11€ (2017 - 1.298,29€);

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2018 e em 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2018

	Programas de Computadores e Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicial	12 520,17	12 520,17
Aquisições	2 115,60	2 115,60
Saldo final	14 635,77	14 635,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	6 376,73	6 376,73
Amortizações do exercício	2 919,11	2 919,11
Saldo final	9 295,84	9 295,84
Ativos líquidos	5 339,93	5 339,93

2017

	Programas de Computadores e Pagina Web	
		Total
Ativos		
Saldo inicial	6 370,17	6 370,17
Aquisições	6 150,00	6 150,00
Saldo final	<u>12 520,17</u>	<u>12 520,17</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	5 078,44	5 078,44
Amortizações do exercício	1 298,29	1 298,29
Saldo final	<u>6 376,73</u>	<u>6 376,73</u>
Ativos líquidos	<u>6 143,44</u>	<u>6 143,44</u>

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 3.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'e' and 'f'.

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 2018 a escola foi locatária em contratos de locação operacional, relacionados com uma garagem nos primeiros 3 meses do ano, os quais se encontram denominados em Euros. O valor mensal da renda cifrou-se em 500,00€ mantendo-se inalterado desde o início do contrato de arrendamento. Ainda em 2018 realizou-se um contrato de arrendamento do edifício com o Município da Povoia de Lanhoso no valor mensal de 10.000€ por um período de 5 anos. Em 2018, existe um contrato de locação operacional para um Servidor novo, cifra-se num valor mensal de 334,95€ por um período de 2 anos.

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2018	2017
Até 1 ano	206 099,72	6 000,00
Entre 1 ano e 5 anos	403 352,28	
A mais de 5 anos	<u>609 452,00</u>	<u>6 000,00</u>

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 2018 e em 2017 não existe qualquer movimento na rubrica "participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade.

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da escola dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor aplicável à escola é de 21%.

A Administração da escola, entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades tributárias, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2018 e em 2017.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Resultado Antes de Impostos	84 665,47	112 481,04
Gasto com impostos sobre o rendimento	17 779,75	23 621,02
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Diferenças temporárias:	-	(1 325,24)
Reporte de prejuízos fiscais		(1 325,24)
Gasto com Imposto	17 779,75	22 295,78
Taxa efectiva de imposto	21,00%	19,82%

10 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 2018 e em 2017 são detalhadas conforme se segue:

	2 018			2 017		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	86,13		86,13	613,29		613,29
Depósitos Bancários	35 429,31		35 429,31	96 905,64		96 905,64
CGD - Caixa Geral de Depositos	13 612,89		13 612,89	32 392,68		32 392,68
Novo Banco - Financiamento	21 816,42		21 816,42	61 153,04		61 153,04
CA - Caixa Agrícola			-	3 359,92		3 359,92
	35 515,44	-	35 515,44	97 518,93	-	97 518,93

Devedores por Transferência de Subsídios

Em 2018 e em 2017 as contas a receber da escola apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Devedores por Transferência e Subsídios	360 928,09		360 928,09	259 010,89		259 010,89
Dev Transf Subs POCH+CPN	360 928,09		360 928,09	259 010,89		259 010,89
Outras contas a receber:	304 412,12		304 412,12	523 756,74		523 756,74
Outras contas a receber - POCH	258 421,21		258 421,21	445 739,33		445 739,33
Outras contas a receber - CMPVL	45 963,41		45 963,41	77 975,46		77 975,46
Acrescimo de rendimentos - Juros			-	14,45		14,45
Outras contas a receber - Fomecedores	27,50		27,50	27,50		27,50
	<u>665 340,21</u>	-	<u>665 340,21</u>	<u>782 767,63</u>	-	<u>782 767,63</u>

11 GASTOS A RECONHECER

Em 2018 e em 2017 as rubricas do ativo corrente "diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Seguro edificio e Conteúdos - Antigo	398,71	244,32
Seguro edificio e Conteúdos - Novo	1 332,00	946,40
Seguro Viatura VW		188,71
Seguro A P - Formandos	1 432,17	1 501,37
Seguro A Trabalho - EPAVE	-	593,76
Fornecedores Contrato Anual		456,87
	<u>3 162,88</u>	<u>3 931,43</u>

Aqui foram contabilizados a parte dos diferentes seguros e fornecedores pagos em 2018 que serão gastos do ano de 2019.

12 INSTRUMENTOS DE PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 2018 o capital da escola, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota do Município da Póvoa de Lanhoso com o valor total de 20.000,00 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva

não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 2018 e 2017 a reserva legal ascendia a 10.933,65 €.

Resultados Transitados

Com a incorporação do resultado líquido de 2017 esta conta apresenta um saldo positivo de 189.514,75€ (2017 - 99.329,49€).

Subsídios ao Investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:

	2018		
	Ativo	Depreciação Acumulada	Saldo
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	192 754,25	31 704,83
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	488 606,60	363 168,82
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	134 804,34	113 111,56
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	<u>1 354 924,10</u>	<u>846 938,89</u>	<u>507 985,21</u>

(Handwritten notes and signatures)

	2017		
	Ativo	Depreciação Acumulada	Saldo
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	190 509,65	33 949,43
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	461 303,28	390 472,14
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	126 747,06	121 168,84
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	<u>1 354 924,10</u>	<u>809 333,69</u>	<u>545 590,41</u>

Outras variações Património Líquido

Não se verificou qualquer Variação Patrimonial no período. No entanto, existem variações patrimoniais negativas registadas na contabilidade no montante de 38.946,70 € de períodos anteriores.

13 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Durante o exercício findo em 2018 e 2017 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2018				
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Reconhecido	recebido	Adiantamento por conta	Reemb. Submetido	por receber
Subsídios à exploração:					
Subsídios POCH	947 524,95	1 094 540,23	229 603,79		256 621,21
Subsídios Erasmus +	38 950,00		33 716,60		
Subsídios CPN 15%	168 330,91		24 320,29	360 928,08	45 963,41
	1 154 805,86	1 094 540,23	287 640,68	360 928,08	302 584,62

Subsídio	2017				
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Reconhecido	recebido	Adiantamento por conta	Reemb. Submetido	por receber
Subsídios à exploração:					
Subsídios POCH	838 310,32	639 488,14	317 005,89		445 739,33
Subsídios DGEstE e POCH-Vocacional	41 733,00		77 446,83	122 645,27	
Subsídios Erasmus +	7 121,00	86 630,40	52 457,20		
Subsídios CPN 15%	156 049,71			136 365,62	77 975,46
	1 043 214,03	726 118,54	446 909,92	259 010,89	523 714,79

14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 2018 e em 2017 são detalhados conforme se segue:

	Entidade Financiadora	2018			2017		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Novo Banco - Conta Cauionada	NB	200 000,00	-		200 000,00	-	
Novo Banco - Livrança	NB				100 000,00	100 000,00	
CGD - Livrança	CGD				50 000,00	50 000,00	
		200 000,00	-	-	350 000,00	150 000,00	-

A taxa de Juro da Conta Cauionada do Novo Banco está contratualizada a "Euribor a 3 meses" acrescida de um "spread" de 4,39 %. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município da Póvoa de Lanhoso.

15 CREDORES POR TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Em 2018 e em 2017 as rubricas "adiantamentos de clientes, fornecedores e outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2 018	2 017
Fornecedores		
Fornecedores C/C	1 889,42	13 477,19
	<u>1 889,42</u>	<u>13 477,19</u>
Credores por Transferência e Subsídios Concedidos		
Adiantamentos de Credores por Transferência	287 640,68	394 452,72
	<u>287 640,68</u>	<u>394 452,72</u>
Outras dívidas a pagar:		
Subsídios a Formandos	14 683,29	16 237,94
Prestadores de Serviços	722,54	6 029,12
Remunerações Férias e S.F.	66 977,01	57 788,23
Outros por Acréscimo de Gastos	81 826,57	1 005,28
Outras contas a pagar	1 925,74	3 000,00
Quotizações Sindicais	-	12,25
	<u>166 135,15</u>	<u>84 072,82</u>

No ano de 2018 registou-se o montante de 287.640,68 € a título de "Adiantamentos de credores por subsídios concedidos" este valor está previsto nas candidaturas e engloba montante de adiantamento para o ano de 2018, o aumento da rubrica de outros por acréscimo de gastos deve-se ao contrato de arrendamento com o Município.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2018 e em 2017 as rubricas de "estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	17 823,00		1 650,00	
Pagamentos Especiais por conta	0,00		814,19	
Estimativa de imposto	-17 779,75		-22 295,78	
Retenção na Fonte	16,11		17,33	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				
Retenção na Fonte		3 990,01		3 784,17
Imposto sobre o valor acrescentado		0,00		0,00
Contribuições para a Segurança Social / ADSE/ ACSS/ FCT		16 504,01		8 655,80
	<u>59,36</u>	<u>20 494,02</u>	<u>-19 814,26</u>	<u>12 439,97</u>

Os valores a pagar dizem respeito à segurança social dos vencimentos do mês de dezembro a pagar até 20 de janeiro de 2019, das retenções na fonte de IRS dos honorários de dezembro a pagar até 20 de janeiro de 2019.

17 RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rédito reconhecido pela escola em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Juros obtidos	50,61	41,03
	<u>50,61</u>	<u>41,03</u>

1325
450
d.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
6221 - Trabalhos Especializados	3 660,17	4 113,53
6222 - Publicidade	5 987,95	7 665,09
6224 - Honorários	100 259,11	125 101,10
6226 - Conservação e Reparação	1 069,95	2 750,17
6227 - Aquisição de Software	887,14	3 823,49
6231 - Ferramentas e Utens. de Desg. Rápido	6 650,26	15 657,90
6232 - Livros Doc. Técnica	115,51	230,82
6233 - Material Escritório	3 264,10	1 276,70
6235 - Material de Educação Cultura e Recreio	9 971,62	
6236 - Artigos de Higiene e Limpeza Vestuário	1 662,23	896,83
6238 - Outros Materiais		1 215,73
6241 - Eletricidade	11 091,20	10 361,45
6242 - Combustíveis	1 010,00	1 010,00
6243 - Água	900,36	793,89
6244 - Gás	474,39	450,78
6251 - Deslocações e Estadas	1 516,94	490,96
6253 - Transporte de Mercadorias		28,73
6255 - Deslocações ERASMUS+	39 415,38	7 217,00
6261 - Rendas e Alugueres	85 105,41	11 621,10
6262 - Comunicações	5 612,60	3 750,02
6263 - Seguros	3 782,23	2 690,06
6265 - Contencioso e Notariado	132,25	697,25
6268 - Outros Serviços (Gastos Bancários)	580,35	498,65
	<u>283 149,15</u>	<u>202 341,25</u>

Os honorários englobam fundamentalmente os gastos com formadores externos (Recibo Verde), o qual se verifica um decréscimo face ao redimensionar o Contrato de Trabalho com alguns professores.

Na rubrica de ferramentas e utensílios de desgaste rápido são contemplados os materiais pedagógicos para uso na formação que em face do Normativo Contabilístico em 2018 estão contabilizadas em Material de Educação Cultura e Recreio, em conformidade com as necessidades dos cursos das diversas áreas que são ministradas nesta escola. Verifica-se ainda um acréscimo na rubrica de Rendas e Alugues conforme com o contrato com o Município.

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	392 094,11	365 209,80
Encargos sobre remunerações	90 452,18	83 667,99
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	4 636,09	2 316,01
Encargos Com Honorarios	1 336,50	4 449,95
Quotizações		1 344,24
	488 518,88	456 987,99

No decorrer do ano de 2018 verifica-se um acréscimo devido a atualizações salariais previstas no Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo, não havendo oscilação do número de funcionários, face ao final do exercício de 2017. Os encargos com honorários dizem respeito a valores cobrados pela Segurança Social ao abrigo do Regime de "entidade contratante".

	Saldo Inicial 2018	Saídas	Entradas	Saldo Final 2018
Funcionários	26	0	0	26

	Saldo Inicial 2017	Saídas	Entradas	Saldo Final 2017
Funcionários	17	1	10	26

20 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis	44 213,95	46 195,26
Ativos Intangíveis	2 919,11	1 298,29
	47 133,06	47 493,55

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	15.039,43	11.987,13
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	50,61	41,03
Outros - Imputação de Subsídios para Investimentos	37.605,20	37.605,20
Outros - Donativos Feira Social/ ITEC	280,00	0,00
Outros - Correções de Exercícios Anteriores	0,01	153,04
Outros Rendimentos Suplementares	208,45	186,92
Sinistros		0,00
	<u>53.183,70</u>	<u>49.973,32</u>

Estes rendimentos dizem respeito a imputação do valor das amortizações de subsídios para investimento, correções de exercícios anteriores e rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros.

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Impostos e Taxas	258,04	1 608,27
Quotizações	1 200,00	1 200,00
Correções de Exercícios Ant.		277,01
Outros - Gastos com Formandos	299 635,79	264 797,12
	<u>301 093,83</u>	<u>267 882,40</u>

Estes gastos dizem respeito a gastos com impostos e taxas, quotizações, custos com formandos – subsídios de alimentação, subsídios de transporte, subsídio de alojamento, bolsas de profissionalização, bolsas de material de estudo e seguro e acidentes pessoais escolares para os formandos e correções de exercícios anteriores.

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018		2017	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	3.424,19		4.925,29	
Outros serviços bancários		3.424,19	1.084,00	6.009,29

mes
Ba
f.
e

24 PARTES RELACIONADAS

A escola é detida em 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2018 e 2017 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água – serviço da responsabilidade do município da Póvoa de Lanhoso e com contrato de arrendamento do edifício pertencente ao Município. Todas as transações e saldos com esta entidade estão divulgados separadamente nas várias notas deste Anexo.

Conforme mencionado na nota 15, foi emitida uma carta conforto a favor do Novo Banco como garantia para obtenção de uma linha de crédito de 200.000,00 €, que no final do exercício se encontrava não utilizada.

O Conselho de Administração da escola no exercício findo em 2018 não foi remunerado.

25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 3.500 Euros.

Tipo de serviços	Honorários faturados	
	2018	2017
Revisor Oficial de Contas	3.500	3.500
	<u>3.500</u>	<u>3.500</u>

Ao abrigo da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as Participações do Município da Póvoa de Lanhoso é conforme se segue:

1 - DADOS SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE (PARTICIPANTE)

DESIGNAÇÃO: CAMÁRA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

NPC: 504 532 920

QUADRO 1.1 - DADOS DE CARACTERIZAÇÃO GERAL

QUADRO 1.1.1 - ENTIDADES SOCIÁRIAS PARTICIPADAS

DENOMINAÇÃO (da participada)	NPC	TIPOLOGIA		CAE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO		PUBLICAÇÃO ESTATUTOS EN.D.R.	DATA DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS		UTILIDADE PÚBLICA
		FORMA JURÍDICA	REGIME ESPECÍFICO			VALOR	%		OBJECTO	CAPITAL	
1 EPAVE Escola Profissional do Alto Ave EM	504 532 920	EPAR		85520	20 000 00	20 000 00	100	1/F 275 - II Série - 27-11-2001	2017-10-20	2017-10-20	
2											
3											

26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após 31 de Dezembro de 2018 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados.

Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019

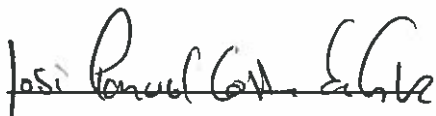
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Joaquim Cândido Lopes Machado (Presidente)



Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca (Vogal)



José Manuel Costa da Silva (Vogal)

O Contabilista Certificado



Valdemar Jorge Azevedo Veloso

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Alberto Alves Martins
Rua Padre António Vieira, 52 – 1º Dto
4425 - 702 Pedrouços - Maia
Portugal
Telephone +351 22 017 83 76
Mobile +351 96 706 69 99
Facsimile +351 22 017 83 76
Web [linkedin.com/in/albertomartins](https://www.linkedin.com/in/albertomartins)
E-mail amadsm@gmail.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ex.mo Sócio.

1 Nos termos da lei e do mandato que me conferiu, apresento o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dou parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2 No decurso do exercício acompanhei, com a periodicidade e a extensão que considerei adequada, a atividade da empresa. Verifiquei a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiei também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emiti a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual apresenta uma opinião não modificada.

4 No âmbito das minhas funções verifiquei que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da entidade e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, sou do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejo expressar o meu agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactei, pela valiosa colaboração recebida.

Póvoa de Lanhoso, 15 de abril de 2019.

O Fiscal Único



Alberto Manuel Alves da Silva Martins. R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Alberto Alves Martins
Rua Padre António Vieira, 52 – 1ºDto.
4425 - 702 Pedrouços - Maia
Portugal
Telephone +351 22 017 83 76
Mobile +351 96 706 69 99
Facsimile +351 22 017 83 76
Web [linkedin.com/in/albertomartins](https://www.linkedin.com/in/albertomartins)
E-mail amadsm@gmail.com

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas da **EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1 232 532 euros e um total de património líquido de 756 373 euros, incluindo um resultado líquido de 66 886 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.** em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.



Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno:

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

- b) obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em minha opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Póvoa de Lanhoso, 15 de abril de 2019.



Alberto Manuel Alves da Silva Martins. R.O.C.